



[Dossiê: A atualidade de Antonio Negri: poder constituinte, autonomia e crise da democracia]

Crise da democracia e *Império*: 25 anos depois

Crisis of Democracy and Empire: 25 Years Later

Giuseppe Cocco¹

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: beppo1977@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7436-8807>.

Felipe Fortes²

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lesubversifguy@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-2585>.

Adriano Pilatti³

³ Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: adrianop@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5355-1004>.

Artigo recebido em 09/07/2025 e aceito em 10/08/2025.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional



Resumo

O artigo analisa a crise da democracia na globalização, revisitando *Império* (Negri & Hardt) 25 anos depois. Examina o enfraquecimento das lutas multitudinárias, a ascensão reacionária e a vulnerabilidade democrática. Propõe disputar o conceito de Império e destaca o aceleracionismo como estratégia para revitalizar a democracia radical e a globalização.

Palavras-chave: Democracia; Globalização; Império.

Abstract

The article analyzes the crisis of democracy in globalization, revisiting *Empire* (Negri & Hardt) 25 years later. It examines the weakening of multitudinous struggles, the rise of reactionary forces, and democratic vulnerability. It proposes reclaiming the concept of Empire and highlights accelerationism as a strategy to revitalize radical democracy and globalization.

Keywords: Democracy; Globalization; Empire.



Cinco anos atrás, em um texto de celebração aos vinte anos do lançamento de *Império*, Toni Negri e Michael Hardt (2019) buscavam reafirmar e adaptar as teses de seu best-seller em um novo momento. Em pleno primeiro governo Trump, tentavam nos tranquilizar: não, diziam os autores, “a globalização não está morta nem mesmo em declínio, mas simplesmente menos facilmente legível” (NEGRI, HARDT, 2019, p. 67)¹. Mesmo se “é verdade que a ordem e as estruturas de comando global que a acompanham estão em crise em todos os lugares, [...] as diversas crises de hoje não impedem a contínua dominação de suas estruturas” (NEGRI, HARDT, 2019, p. 67). Em síntese, o diagnóstico era de que o Império, mesmo em crise, permanecia como modo de comando estabelecido e, aos olhos da Multidão, como a forma de soberania global a ser ultrapassada. Em um apelativo devir-classe da multidão, bastaria “traçar o caminho para uma forma alternativa de organização social” para fora do Império. Para nossos interlocutores, inclusive, “os movimentos sociais e políticos de hoje já apontam, em muitos aspectos, nessa direção” (NEGRI, HARDT, 2019, p. 68). Gostaríamos, neste texto, de problematizar essa interpretação e apontar um caminho diverso que, em nossa perspectiva, é útil tanto para desarmar uma série de aporias que bloqueiam a construção de um pensamento das lutas quanto para nos engajarmos novamente nessa direção.

Cinco anos depois do artigo, e um quarto de século depois do livro, embora pouco se fale ou pense em termos de Império (e, em menor grau, de Multidão), isso não significa que cruzamos o Rubicão como gostariam Negri e Hardt. Ao contrário, vivemos uma situação paradoxal: não só não conseguimos, por meio das nossas lutas, sair do Império, como os que tentam sair mesmo do Império (Putin, Xi Jinping e Trump), representam o novo fascismo. Além disso, e por causa disso, estamos vivendo uma crise política interna à própria noção de um *socius* global que define o Império. A questão que se coloca, portanto, é: o Império perdeu todas suas ambivalências e tornou-se um projeto?

Não que haja necessariamente contradição aqui, mas apenas complexidade de pontos de vista antagônicos. Como globalização, pelo ponto de vista macro da subsunção real do capitalismo cognitivo e financeiro, não há mais Fora: todo o planeta está incluindo Dentro de um processo produtivo que não funciona mais por homogeneização — como na subsunção formal —, mas por modulação de singularidades: essa modulação é, por vezes, *constitutio libertatis*, potencialização das singularidades (por exemplo, nas migrações, nas metrópoles do trabalho cognitivo, nos movimentos de invenção dos prazeres etc.) e, em

¹ Todas as traduções de língua estrangeira são de nossa responsabilidade.



regra geral, como sociedade de controle, funciona por meio da gestão desses fragmentos: precariedade do trabalho, inferiorização dos migrantes, racismo, sexismo etc.

Quer se queira chamar isso de subsunção real ou subsunção total, não importa, é um caminho irreversível. Antropoceno, Capitaloceno, Noosfera, General Intellect são nomes diferentes para a mesma coisa. Trata-se de um processo de produção que permanece em ato e, ao passo que não implica mais a homogeneização das massas dentro da relação salarial de tipo industrial, as inclui todas sem exceção, mesmo quando elas se afirmam como diferença — por exemplo, os indígenas andinos que os decoloniais das universidades norte-americanas “essencializaram”. O que se disputa aqui, é o sentido, a direção e a forma que esse processo irá tomar; e o paradoxo dos paradoxos é que os movimentos de emancipação precisam hoje lutar ao mesmo tempo contra e “pelo” Império, no último caso contra Putin-Xi (a distopia de um Fora capitalista totalitário) e contra Trump-Musk (o suicídio da civilização).

Deste modo, a globalização, do ponto de vista das lutas, exige a disputa do modo de apreensão da subsunção real. Em primeiro lugar, isto significa afirmar que ela é o resultado de uma série de enfrentamentos e ciclos de luta que superaram o domínio da exploração formal capitalista — um sintoma também de que as lutas agora disputam não apenas o âmbito salarial, mas o regime biopolítico da vida como um todo, na forma da biorrenda e da produção de direitos e de instituições: a catástrofe da pandemia mostrou a potência desse enfrentamento, explicitando o conflito entre um horizonte biopolítico de defesa e produção da vida (esclarecimento, confinamento, vacinas e, no Brasil, a defesa do Sistema Único de Saúde e as redes de solidariedade popular nas favelas e periferias), de um lado, e a explicitação necropolítica do fascismo organizado em torno do negacionismo (não por acaso, recitando as mesmas narrativas de certos setores da esquerda intelectual com grandes recursos editoriais). Em segundo lugar, é a abertura, tendencial, para uma maior possibilidade de recomposição das lutas, de uma maior circulação produtiva e de libertação como trabalho vivo, da oportunidade de reapropriação maquínica do comum que só a democracia pode sustentar — e que podemos denominar também de Multitudoceno (SZANIECKI, 2018). É aqui que o jovem Marx continua sendo de extrema atualidade (FAYE, 1996). É aqui que o debate sobre poder constituinte volta a ser central.

Esse processo, chamado por vezes de alterglobalização, é, no entanto, condicionante do primeiro. É como reação interna a ele que o *socius* global vem entrando



em crise, pois o capitalismo não pode levar até as últimas consequências um processo globalizante que o elimina e que ele, como na imagem do aprendiz de feiticeiro mobilizada por Marx, não pode controlar totalmente. Para o Império, então, isso significa uma tentativa de sobremodular a globalização por meio de um reforço e mesmo uma disputa interna de seus setores mais reacionários de comando: aquilo que, na sua concepção de constituição mista imperial, Negri e Hardt denominam de setores monárquicos e aristocráticos que, se por um lado são globais, por outro têm ojeriza à democracia, e são mobilizados para conter as derivas da globalização via nacionalismos, xenofobias, fascismos, reintrojetando-os no processo, para que ele não se torne ilimitadamente democrático. Uma hipótese que avançaremos aqui é de que o Império hoje não é mais regido por essa constituição imperial e sua eventual solução polibiana para a anaclose — solução que, antes, Negri encontrara na República tumultuária de Maquiavel² —, mas por uma dinâmica constituinte que, por isso, torna-se muito mais perigosa, mas também mais aberta.

Entendemos que, com a crise da democracia há uma espécie de involução no Império, involução esta produzida em parte por essa reação interna movida pelo próprio medo da democracia de uma globalização multitudinária, em parte pela incapacidade dos movimentos em luta construírem um projeto comum e afirmá-lo, entre outras razões porque talvez se deixem atravessar em demasia pelos atalhos essencialistas, tendencialmente protofascistas. Fica então aberto o caminho para que novos reacionarismos produzam uma crise que enfraquece a democracia, a globalização e, portanto, o trabalho da Multidão como o sujeito plural, diverso e multifacetário do projeto de alterglobalização.

Portanto, permitimo-nos não apenas apontar o que consideramos erros de diagnóstico e de escolha política que nossos interlocutores cometeram, como também retomar essa discussão, reafirmando que, se a crise do Império é inegável — embora não no sentido de uma saída voluntária por meio das lutas, como defendido por Negri e Hardt —, ao mesmo tempo, é possível retomar a ideia do Império como horizonte de construção de um projeto democrático alternativo possível, cruzando o inferno das narrativas impotentes — à direita e à esquerda — e os becos sem saída em que elas nos colocaram. Para começar, é preciso parar de maquiar o problema apenas para que nossas teses sobrevivam — mesmo inertes — ao crivo histórico. Vivemos, portanto, uma crise tríplica:

² Ver em (NEGRI, 2015), o item 2.1 do cap. 2 e, nele, a nota da página 70 sobre a anaclose.



a crise da democracia é inegável; essa crise, ao mesmo tempo, é uma crise da própria globalização e, portanto, uma crise da própria Multidão como sujeito que se expressou, no início da década passada, como uma multiplicidade de subjetividades nas mobilizações de um ciclo de lutas que foi derrotado e apagado por razões que ainda precisamos investigar mais e melhor.

A crise da democracia se apresenta muito mais trágica do que a fadiga histórica de um suposto esgotamento das “democracias liberais”. No caso da ascensão do extremismo conservador fascista, as instituições republicanas liberal-democráticas (ditas burguesas mas que assumiram suas configurações democráticas atuais em decorrência das lutas por direitos) se mostraram uma barreira defensiva possível contra iniciativas necropolíticas ou excludentes e derivas golpistas. Isto ocorreu no Brasil durante a pandemia e esperemos que ocorra agora, neste início de segundo mandato de Trump, por exemplo. E indica que a preservação das condições político-institucionais para que as lutas possam ocorrer de forma menos gravosa para quem luta por direitos (e pelo direito a outras formas de vida possíveis) é preferível à sua destruição por meio da captura das instituições pelos novos déspotas, que desejam o poder a todo custo e, viralmente, não param de se multiplicar e estriar o espaço global.

Na crise do poder constituinte nos últimos anos, portanto, foi o poder constituído liberal-democrático que freou e bloqueou a força destrutiva e destituente da deriva fascista. Mas obviamente isso não é suficiente, como a pujança eleitoral social das novas formas de fascismo mostra (vide os resultados eleitorais na Europa e nos motins anti-imigrantes no Reino Unido). A democracia representativa precisa se realimentar de suas dimensões constituintes. A primeira derrota eleitoral de Trump não impediu seu retorno pelo mesmo meio, em grande parte devido a uma apatia institucional que falhou em traduzir as revoltas democráticas como as de Minneapolis, por exemplo, em uma defesa mais contundente da democracia americana que, hoje, corre sérios riscos. Riscos que não se limitam aos Estados Unidos: o apoio ativo de Elon Musk (hoje no alto comando da administração federal americana) aos neonazistas alemães e britânicos mostra o impacto global de tudo isso.

A crise da social-democracia indicou e indica o quanto distantes estamos de aquecer, intensificar e ampliar um processo constituinte que, em outro estudo, alguns de nós denominamos de “democracia absoluta” (cf. COCCO, PILATTI, 2015, p. xxiv-xxx): não um limite absoluto, mas um procedimento constituinte ilimitado, permanente, que não



possa ser restringido por nenhuma termidorização dos processos de transformação revolucionária. Ou seja, um processo constituinte em que há “a necessidade inarredável de pensar o absoluto (ilimitado) democrático e, portanto, de destruir todos os limites (políticos e filosóficos) que impedem esse esforço” (COCCO, PILATTI, 2015, p. xvii). Contudo, 10 anos depois, e após o uso nominal dessas categorias em reformulações constitucionais por determinados governos da América do Sul que derivaram de maneira autoritária (Venezuela *in primis*), repetindo as mesmas derivas de outras “revoluções”, essa noção de absoluto precisa de uma revisão radical — absoluta.

Com a crise da globalização, a direita (autodeclarada “antissistema” e reconhecida agora como “subversiva” porque antidemocrática e “iliberal”) e a esquerda hegemônica se encontram politicamente. Vivemos uma tentativa forçada de fechamento das fronteiras que corresponde ao projeto político fascista de aniquilação de qualquer possibilidade de uma cidadania global por meio da revitalização de um discurso paleológico pró-Estado-Nação. Esse discurso, por sua vez, é alimentado pela crescente ameaça populista xenófoba anti-imigração, que mobiliza os programas políticos dos partidos radicais de extrema-direita, ativos na Europa e no mundo, mas que ideologicamente também tem adentrado partidos de centro-esquerda, como na anomalia alemã do BSW de Sahra Wagenknecht. Caso não sejam combatidas, essas filiações podem se tornar a tendência futura do que será considerado razoável no “campo progressista”.

Nesse cenário, o debate sobre os direitos dos migrantes e dos refugiados — a mão de obra que constrói de Norte a Sul — vem sendo silenciado pela simples restrição e pelo enclausuramento das multidões de migrantes e refugiados em novos guetos. Ao mesmo tempo, é pelo limiar das invasões e da guerra, e não da democracia, que as fronteiras geopolíticas têm sido mais visivelmente movimentadas, como na infame invasão russa da Ucrânia, que torna a resistência ucraniana, ou pelo menos a grande maioria dos que nela se irmanam, vital na recomposição política democrática na Europa e no mundo.

Nesse movimento perverso, um discurso por uma espécie de “paz constituinte” (NEGRI, GUILHOT, 2022) serve tanto quanto o discurso pela pacificação das favelas nas metrópoles biopolíticas brasileiras: apenas se soma a tentativas mais assertivas de neutralização das linhas de fuga do trabalho vivo migrante, refugiado, cognitivo, do corpo dos pobres, que seguem ativas mesmo com todas as adversidades possíveis. Vinte anos atrás, essas linhas correspondiam aos principais vetores que davam vida a um projeto de



globalização desde baixo. Não nos enganemos: o desejo de fugir da exploração e da opressão é afirmativo de um algo a mais, que corresponde ao próprio ilimitado da democracia. São nômades que viajam em altas velocidades, partículas nômades que o discurso antiguerra (que defende uma paz conformada e subserviente aos senhores da guerra e à mira de seus mísseis e drones) não pode nunca captar.

É melhor fugir e, enquanto se foge, procurar uma arma, nos lembrava Deleuze, mencionando a luta dos Black Panthers. Assim como é melhor contra-atacar com as armas que se tem e se consegue, resistindo e contra-atacando, como fazem os ucranianos. Na grande mídia, a “crise dos refugiados” e a “crise da imigração” costumam aparecer seguidas de um apelo por uma regulação mais rígida das fronteiras pelos estados. Esse discurso encontra seus aliados involuntários no campo decolonial do pensamento crítico, com sua ojeriza à hibridização e a tudo que é “antropofágico” nas culturas, enquanto a militarização das fronteiras geográficas acaba por funcionar como criação de verdadeiras margens biopolíticas de sangue. Essas margens são limites e limiares de subjetivação que devem manter, a qualquer custo, uma frágil e pálida identidade nacional que (defendemos há décadas) só tende a ser enriquecida por sua hibridização (COCCO, 2021), produzindo uma cidadania definitivamente global que deve ser retomada como projeto democrático possível.

Por fim, a crise do poder constituinte manifesta-se com o aparente desaparecimento dos levantes democráticos que, vinte anos atrás, mobilizavam nossos corpos e nosso pensamento com suas lutas (COCCO, 2024). Não há por que conter as palavras: o ciclo de lutas que iniciou com a batalha de Seattle, passando por Gênova e Chiapas, maturando na Primavera Árabe, atravessando Junho de 2013 no Brasil e o Euromaidan, foi derrotado por causas externas e internas. Seria muito mais do que exaustivo pontuá-las todas aqui, mas temos tentado analisá-las, em diversos matizes, ao longo desses anos. Para o pensamento de esquerda hegemônica, a esquerda de Estado, o poder constituinte da Multidão sempre foi uma ameaça: pouco ou nada tinha a ver com os sujeitos de pés de barro cultuados pela necromântica tradição da esquerda. Não nos surpreende que, até hoje, a Multidão no Brasil — metropolitana, pobre, precarizada, autônoma, cognitiva — tenha sido considerada o germe dos “novos fascismos” que emergiram a partir de 2014, exatamente por ter colocado em crise os *checks and balances* da política representativa progressista e escancarado seu déficit democrático.



Ora, a crise de um sujeito político não significa sua deriva fascista e identitária, nem mesmo sua substituição, mas sim seu antagonismo tendencial, ainda que insipiente e enfraquecido. Disso nossos adversários sabem bem, e não se confundem. Afinal, não é a retórica neoconservadora contra os “globalistas” uma leitura maquiada, mistificada, mas perversa e funcional contra a globalização — projeto conduzido, no Império, também pelas lutas da Multidão? Essa leitura, por mais que distorcida e cheia de vieses, é feita e mobilizada politicamente pelos conservadores, reacionários e fascistas. Nesse caso, os globalistas somos nós. Entre as esquerdas, vicejam ideias como a de que a Multidão tornou-se fascista, ou sempre o foi, como afirmavam certos setores acadêmicos, “orgânicos” à esquerda de Estado, contra o legado do 2013 no Brasil, que acabaram por persuadir o próprio Negri. Ou como a de que a Multidão não existe mais, como comemoram com um sorriso cínico os velhos marxistas nostálgicos de uma classe operária que já não existe além dos memoriais autobiográficos dos bons comunistas.

Tudo isso nada mais é do que um falso problema, mal colocado e, portanto, irresolúvel, sendo melhor fazermos outras perguntas (COCCO, CÔRREA, DENEUVILLE, 2024). Enquanto se erra a formulação das questões, os neoconservadores reconhecem uma ameaça — a democracia — e apontam suas armas contra nós, mesmo que sejamos falsamente acusados e identificados. Por meio de exterioridades mistificadas, como o globalismo ou o wokismo, o alvo final permanece o mesmo: a potência democrática da Multidão. Sem a potência da Multidão a democracia não consegue se sustentar. Sem práticas e instituições democráticas a Multidão não consegue se constituir.

A questão é que a Multidão só existe em ato quando as singularidades que a compõem se conectam potentemente entre elas nas lutas pela democracia, numa busca de expansão de direitos que concorre para dar forma, desde baixo, à globalização no Império. E é contra isso que, à direita e à esquerda, levantou-se a grande reação — conservadora, identitário-essencialista, fascista, putinista e, portanto, antidemocrática e antiglobal. É para enfrentar essa reação devemos nos reorganizar politicamente hoje. Aprendemos com o método operaísta que as lutas vêm primeiro (COCCO, 2000, e TRONTI, 1975). Um ciclo de lutas é seguido por uma reação e uma reorganização, e é isso que estamos enfrentando agora. Para sairmos dos nossos próprios impasses, devemos utilizar o método também contra os nossos mestres, se necessário. Nesse entretempo, Negri e Hardt quiseram voltar de alguma maneira ao rebanho da tradição ideológica da esquerda, resolvendo a ambiguidade de uma crítica do “socialismo real” mais marcada pelo silêncio



do que por uma ruptura efetiva, à altura dos trabalhos de Maurice Merleau-Ponty, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, Jean-Pierre Faye. Assim Negri e Hardt equipararam o antiglobal e o alterglobal como fenômenos de mesma essência multitudinária.

Não podemos mais manter essa ambiguidade, sendo preciso superá-la. Enquanto as lutas antiglobalização se fecharam em si mesmas, limitadas por seu localismo, e acabaram cooptadas pelo que havia de mais reacionário das antigas lutas anti-imperialistas, a perspectiva da Multidão foi rapidamente substituída pela transcendência do povo originário, da soberania e do Estado-Nação, da ideologia anti-imperialista e das narrativas do “socialismo do século XXI”. Como na Venezuela, onde a constituição bolivariana plurinacional serviu apenas para minar sistematicamente as instituições democráticas e, portanto, a própria formação da Multidão. Dessa forma, essas lutas terminaram por incorporar elementos que o neoconservadorismo defende atualmente como um exterior à globalização democrática e, mesmo que involuntariamente, acabam por compartilhar sua barricada com ele. E isso ocorre em todo lugar que a democracia é torcida em direção ao totalitarismo, seja de direita ou esquerda.

Enquanto a antiglobalização é, no máximo, destituente, fechada em si mesma, reterritorializando a democracia em neoarcaísmos indesejáveis, as lutas pela globalização expandiram e intensificaram os ciclos de luta, desterritorializando a potência democrática e acelerando a potência constituinte — mas, infelizmente, não por muito tempo. A reação dos setores monárquicos e aristocráticos do Império, cuja formação sempre foi uma tendência em disputa enquanto a democracia permanecia aberta e forte, e mesmo as ameaças de decomposição política das lutas por meio dos vetores antiglobalização que minaram a Multidão, derrotaram a capacidade do movimento de desterritorializar e expandir a própria via de sua imanência: a globalização. Hoje, com a crise da democracia, as saídas propostas são inertes e absolutamente transcendentais, alternando-se, de um lado, entre a trama de uma revolução (com R maiúsculo) porvir, sem tração ou lastro subjetivo na composição política dos movimentos; e, de outro, os apelos a novas formas de soberania que não precisamos: Rússia, China, BRICS, uma nova forma soberana estatal da moeda, o fundamentalismo religioso disfarçado de levante democrático, o fascismo.

Assim, a tese polibiana de uma constituição mista do Império, defendida por Negri e Hardt, está sendo transformada: com a crise da democracia, da globalização e da Multidão, apenas os vetores monárquicos e aristocráticos ganham força e tração. Esse impasse poderia ter sido identificado por Negri e Hardt se os autores, ao tentarem



sustentar sua tese da constituição mista, não tivessem promovido uma interpretação que enfraquece seu pensamento. Ao não reconhecerem mais a potência da Multidão como força constituinte imanente ao regime democrático dessa constituição mista, eles abrem espaço para que esse regime seja progressivamente ocupado por atores que, de fato, operam como elementos do fortalecimento monárquico e aristocrático no Império. Assim, eles escrevem em *Empire, Twenty years on*:

O terceiro e mais amplo nível da constituição mista, “o governo dos muitos”, necessariamente o mais caótico e menos legível, é composto por uma vasta gama de forças. Inclui toda a panóplia de Estados-nação subordinados e empresas capitalistas, juntamente com suas infraestruturas acompanhantes; mídia de transmissão e social; organizações não governamentais que apoiam os projetos de Estados e corporações, muitas vezes reparando os danos que causaram; associações religiosas que são elas próprias uma força política; até mesmo milícias que combatem Estados ou afirmam ter estabelecido Estados próprios. Este nível da constituição mista só pode ser chamado de “democrático” no sentido mais degradado do termo, pois não inclui movimentos ou forças antissistema que possam representar uma ameaça séria ao funcionamento contínuo do Império. Em vez disso, a imensa gama de forças que localizamos aqui, mesmo quando resistem e desafiam os poderes monárquicos e aristocráticos, acaba servindo para apoiar a constituição imperial como um todo (NEGRI, HARDT, 2019, p. 75).

Nesse trecho, é visível que Negri e Hardt abandonaram a imanência do processo constituinte e voltaram ao rebanho do projeto transcendente que afirma o Fora, uma alternativa já dada de antemão e, portanto, uma ideologia. Se a Multidão não é a força constituinte da democracia, essa democracia se torna inevitavelmente pálida e só pode ser uma versão degradada de si mesma. Nem estamos mais aqui no terreno da relação complexa entre o poder constituinte e as instituições do poder constituído que Negri tão bem colocou, mas de uma Multidão que, supostamente, só pode exercer sua força externamente e em ruptura com o Império — que, no entanto, não possui mais nenhum exterior, nenhum Fora.

Que isso não tenha preocupado Negri e Hardt, revela uma espécie de afasia de seu pensamento. Eles parecem ter perdido o ponto de vista radical espinosista, que via a potência multitudinária como força constituinte democrática, ao mesmo tempo, contra e imanente ao Império. Portanto, a defesa da necessidade leninista de um devir-classe da Multidão (cf. NEGRI, HARDT, 2019, p. 83–91), como solução para realizar a alterglobalização, mas sem estar vinculada ao regime democrático constituinte no interior do Império, só pode se situar em um apelo transcendente e vazio, dirigido a um exterior



inexistente. Por fim, a fórmula “por fora e contra” não reflete com justiça o legado negriano que disputamos.

Em nossa leitura, os vetores aristocráticos e monárquicos territorializam e reterritorializam o global entre si, abafando a desterritorialização democrática. Temos, politicamente, portanto, o antagonismo de um *socius* global — um *nomos* da terra marcado espacialmente pela força da mobilidade do trabalho vivo e, temporalmente, pela velocidade infinita da comunicação e polinização das lutas pela Multidão — com um *socius* militarizado, estriado e anti-global, no qual a Multidão se torna alvo e até o seu direito de resistência é questionado, dependendo de que parte do globo essa resistência tome forma. Mas essa resistência passa e se articula nas instituições, algo que o operaísmo e o pós-operaísmo antes negligenciaram para depois voltar ao Estado socialista. Que os filósofos não tenham percebido o quanto o destino da Multidão está vinculado ao global e que, portanto, o internacionalismo que eles defendem é dependente da própria democracia que pode lhe sustentar, é algo que não podemos deixar passar: sem democracia, sem internacionalismo e, nesse sentido, os companheiros da Euronômade (2024) amplificam ainda mais a reterritorialização socialista que Negri e Hard conduziram depois de *Império*.

Quando pensamos, por exemplo, que na Síria um ditador que usava armas químicas contra seu próprio povo cai, não pelas mãos da democracia, mas com um grave risco de um fundamentalismo religioso tomar o seu lugar, entendemos de que modo os vetores monárquicos e aristocráticos do capital no Império têm funcionado buscando conter as linhas de fuga democráticas e de que modo esse projeto tem sido bem-sucedido. Negri e Hardt pareceram interpretar que é a estrutura de comando do Império que está em crise, quando, na verdade, o que está em crise é a democracia, a globalização e, conseqüentemente, a Multidão e a relação produtiva entre e paz e guerra: a paz (e o pacifismo de Euronômade) voltou a ser instrumento da guerra. A própria tendência de formação do Império só avançava enquanto as lutas democráticas o alimentavam, substituindo os elementos monárquicos e aristocráticos pela democracia — mas nunca fora dela. Só assim poderíamos transformar a tendência da constituição mista em uma constituição multitudinária, propriamente dita. Antes de derrubar o Império, era preciso desterritorializá-lo pela via democrática, por dentro e contra, portanto.

A Multidão de Maidan resiste na Ucrânia, mas ela não é socialista. Voltamos a esse esquematismo ideológico, e ao pesadelo do apoio ao estalinismo sem Stalin.



Fica mais claro que existem, paralelamente e em disputa, dois regimes de acumulação, dois *socius*, na crise do Império: um extrativista, parasitário e necropolítico, que hoje depende da força da reterritorialização sino-russa, sendo reforçado pelos setores das Big Techs a la Musk-Trump; e um regime de acumulação que é potencialmente do comum, metropolitano, algorítmico, democrático e desde baixo: esse que atravessava as tentativas de nova política econômica no governo Biden. Deste modo, são a própria globalização e seu *socius* global, como democracia, que passam a disputar contra essa tendência antiglobal. Contribuindo para a crise do pós-operaísmo, esse debate vem sendo obstruído pela defesa de um discurso abstrato contra a guerra. Por exemplo, Eric Alliez e Maurizio Lazzarato, com seu deleuze-guattarianismo da catástrofe, entendem a crise do Império como a formação de uma “máquina de guerra global do capital”. Em seu livro *Guerras e Capital*, não há defesa possível da democracia, pois, para eles, não existe uma linha de fuga interna capaz de antagonizar com a máquina de guerra mundial, totalizante e englobante do capitalismo que, por si só, é ele mesmo O global, e no qual a democracia é um simulacro. Se não podemos contar com uma democracia radical, a saída, deste modo, só pode ser absolutamente exterior, construída *ex nihilo* em um conceito transcendente (e, portanto, autoritário ou até pior) de “Revolução”.

Em continuidade, em *Guerra o Rivoluzione*, uma espécie de “estudo de caso” pensado a partir da invasão russa à Ucrânia, Lazzarato, contra a ideologia do pacifismo que, de fato, tende a criar um dois-ladismo ou uma posição em-cima-do-muro, clama que “a oposição à guerra deve ser baseada em uma luta feroz contra as diferentes formas de capitalismo e soberania de competição entre si, todos capazes de dominação, exploração e a guerra” (LAZZARATO, 2022a, p. 15). Ou seja, a ideia é tomar uma perspectiva de guerra geral contra o capital. A receita? Páginas clamando pelo retorno da Estratégia, da Revolução, pela necessidade de retomar um ponto de vista de classe transcendente, porque sobredeterminado à composição atual das lutas e dos movimentos. Isso implica, portanto, em um desprezo por qualquer chance de construção de uma democracia real e materialista, no qual a democracia ucraniana não tem vez, porque ela é para Lazzarato, apenas um simulacro do imperialismo americano. Lazzarato, porém, em sua crítica à suposta impotência da democracia e à incredibilidade da tese do Império, não esconde certa preferência por um tipo de imperialismo, calcado em um compromisso histórico com a nostalgia soviética e o antiamericanismo enraizado nas esquerdas. O que a procura pelo público não faz.



Assim, acaba revelando, mesmo que por exclusão de alternativas, uma certa afinidade com o projeto de invasão russo liderado por Putin. Obviamente, essa simpatia não é declarada oficialmente — o putinismo é, realmente, digno de vergonha — mas vai surgindo por meio de mecanismos retóricos usados para justificar um desgosto por tudo que é americano, que, francamente, são muito problemáticos:

O Sul interpreta a guerra na Ucrânia como a ponta de lança do projeto do 'século americano' (os neoconservadores), do 'Make America Great Again' (Trump), do 'Fazer com que a América, mais uma vez, lidere o mundo' (Biden), cujo principal objetivo é enfraquecer a Rússia, mas que também mira na China e em todo o Sul global. Por essa razão, e por motivos diversos, recusaram-se a seguir o 'Ocidente', que enxergam como um imperialismo muito mais perigoso do que o imperialismo russo. Fazem isso a partir de países que frequentemente emergem de séculos de colonização e que veem na América o principal perigo. Não se trata do sentimento dos governos, mas de uma consciência amplamente difundida entre a população, como posso testemunhar na América Latina. Parece-me que o Sul compreende melhor do que o Ocidente e do que a desastrosa Europa o que está em jogo nessa guerra (LAZZARATO, 2022, p. 7-8).

Essa abstração da “consciência difundida” no “Sul” capta mais as impotências do que significa ser “de esquerda” atualmente do que qualquer virtude. Por isso mesmo, é passível de crítica, e não de endossamento como parece sustentar Lazzarato. Deste modo, a crise do Império parece significar, para Lazzarato, a retomada de um discurso em defesa da luta entre “dois imperialismos”, ou seja, “Ocidente contra o Oriente”, que ele parece assumir como o novo horizonte para sua revolução com R maiúsculo. Aqui, é até preferível que a democracia se enfraqueça para que se intensifique a guerra contra o imperialismo americano e entendemos assim, por meio do uso de tantas dobradiças e manipulações teóricas disfarçados de realismo político, porque os ucranianos não podem nem sequer resistir já que não possuem subjetividade, agência política e são apenas simulacros e fantoches da Otan e dos Estados Unidos.

Esses absurdos que, no entanto, não podemos aceitar sem apontar a miséria de sua análise. De maneira similar, Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2024), ao advogarem por um slogan contra a guerra, acabam por descartar toda a imanência espinosista no lixo, ao demonstrarem desprezo pela resistência ucraniana, tratando a reconstrução da Ucrânia como um “grande negócio”. Mais uma vez, o ponto de vista material e concreto das lutas e da resistência é abandonado em favor de uma perspectiva macro, supostamente superior, seja uma oposição geral à guerra, seja um enfrentamento



abstrato ao capital, mas que carece de base concreta e, na prática, apenas contribui para a neutralização das lutas nos lugares onde elas efetivamente ocorrem.

A crise teórica do pós-operaísmo é também a crise de um ponto de vista e de um perspectivismo que muitos — incluindo Negri e pós-operaístas como o próprio Lazzarato e Mezzadra — perderam. Ela caminha lado a lado com o esgotamento da recomposição política da Multidão que, diferentemente do que restou do pós-operaísmo, não podemos prescindir como projeto. Para reinventar o teórico, é necessário partir, materialmente, da reformulação do político. Em nosso ponto de vista, torna-se imprescindível, portanto, afirmar a materialidade da democracia e da globalização como projetos novamente. Contra qualquer apoteose do fim da história, sustentada pelo choque final dos imperialismos, do terror nuclear e da promessa da revolução porvir, é preciso reconstituir e desenvolver a democracia cotidiana, imanente, no e através do que resta, tendencialmente, do Império.

Dito isso, o que resta da análise do livro *Império*? O *Império*, na melhor leitura que compartilhamos, sempre foi um livro que defendia um ponto de vista irreduzível: aceleracionista, desde baixo, vendo a globalização como a via da realização das possibilidades infinitas da democracia. Era, portanto, um chamado para não se posicionar de fora, mas sim acelerar o processo e disputar as tendências por dentro. Podemos afirmar que foi a desaceleração do ciclo de lutas da Multidão, marcada por sua incomunicabilidade e bloqueio, que, em última instância, nos derrotou.

Em comparação com esse problema, a suposta aceleração infinita do capital, da guerra e da alienação pela tecnologia, como defendem os arautos do fim do mundo, torna-se quase risível. Estamos vivendo muito mais um período de desaceleração das lutas — esse sim, profundamente grave —, embora ninguém pareça se importar, desde que possamos criticar os usos do ChatGPT e vender mais uma pilha de livros que já nascem obsoletos. Se algo está em crise de forma ampla, é a própria ideia do Império e, com ela, o ponto de vista da aceleração das lutas que buscamos resgatar. E, paradoxalmente, é essa crise que reafirma o Império como um projeto democrático alternativo e viável, onde a Multidão, ou o sujeito político que se recompõe nas lutas de hoje e de amanhã, pode reencontrar sua potência e expandir os mecanismos democráticos que tanto necessitamos.

Reconhecer *Império* como um livro aceleracionista é algo que os detratores do pensamento de Negri perceberam para rechaçar (WARCK, 2014 e NOYS, 2010) — posição



aceleracionista essa, que já defendemos anteriormente, em outros cenários, é verdade (CAVA, COCCO, 2018 e FORTES, PIROLA, 2021). Assumimos, sem reservas, a imagem que Mackenzie Wark faz de nós como espinosistas metanfetaminados, se isso nos permitir abandonar a fetichização das caricaturas grotescas dos conservadores nacionalistas armados invadindo o Capitólio americano; da cena bolsonarista na Praça dos Três Poderes ou do homem-bomba canarinho com seu sacrifício patético. Essas imagens nos assediam e incomodam porque distorcem a narrativa e vinculam a extrema-direita ao “antissistema”, subvertendo negativamente o sentido de levante e revolução. Da mesma forma, repudiamos a fetichização espetacularizada e inerte das imagens da destruição em Gaza pelo fascista Netanyahu, acompanhadas pelo silenciamento sobre os ataques terroristas desumanos e misóginos do fundamentalista Hamas e sua aventura teocrática. O que realmente nos falta são novas imagens de levantes e revoltas que possam remobilizar a Multidão, sem cultuar nenhum dos nossos futuros carrascos. O Fora imanente do Império — ou seja, a possibilidade de constituição de um novo dentro — sempre foi uma tendência, assim como a constituição mista que lhe dava forma. Essa realização da democracia absoluta como globalização multitudinária só se concretiza pela aceleração das lutas pela democracia, como projeto. Sabemos que um projeto, por si só, não resolve nada. Mas sabemos também que é necessário seguir o rastro das lutas para recompor politicamente a Multidão, ainda em defesa da democracia e da globalização como alternativas melhores do que qualquer *reset* que traga de volta dos mortos um imperialismo moribundo, mas perigoso como um morto-vivo.

Referências bibliográficas

CAVA, Bruno e COCCO, Giuseppe. *New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropophagy and Living Money*. Lanham, Boulder, New York, London: Lexington Books, 2018.

COCCO, Giuseppe. Cannibaliser le décolonial ? Em: *Multitudes*, 2021/3, n.84, p. 113–121.

COCCO, Giuseppe. Os levantes democráticos que nos faltam. *Lugar Comum*: n. 70 (2024): Dossiê Levantes/Revoluções. Rio de Janeiro: Brasil.

COCCO, Giuseppe, PILATTI, Adriano. A persistência da democracia absoluta. Em: NEGRI, Toni. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.p xxiv-xxx.



COCCO, Giuseppe, CORRÊA, Murilo, DENEUVILLE, Alan. As perguntas que não estamos fazendo. Disponível em <. <https://uninomade.net/as-perguntas-que-nao-estamos-fazendo/> >.

EURONOMADE. *Per un nuovo internazionalismo: considerazioni preliminari*. Redação Euronomade. 2024, Disponível em: <<https://www.euronomade.info/per-un-nuovo-internazionalismo-considerazioni-preliminari/>>.

FAYE, Jean-Pierre. *Le siècle des idéologies*, Armand Collin, 1996.

FORTES, Fortes. PIROLA, Émerson. É o capital um acelerador? Aceleração como fuga e antagonismo das forças produtivas. Em: *DasQuestões*. volume 12. As velocidades infinitas do capital. Editado por: J-P Caron, Gabriel Tupinambá e Hilan Bensusan; S. I.], v. 12, n. 1, 2021. Disponível em >. <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34931> < p.22–60.

LAZZARATO, Maurizio. *Guerra o rivoluzione: perché la pace non è un'alternativa*. Bologna: DeriveApprodi, 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEZZADRA, Sandro, NEILSON, Brett. Ucrânia, due anni dopo. Feb 12/ 2024. >. <https://www.euronomade.info/ucraina-due-anni-dopo/> <.

NEGRI, Toni. GUILHOT, Nicola. *New Reality?* New Left Review: Londres, Reino Unido. Aug. 2022. Disponível em: <. <https://newleftreview.org/sidecar/posts/new-reality> >.

NEGRI, Toni, HARDT, Michael. *Empire, Twenty Years On*. New Left Review: Londres, Reino Unido. Nov/Dez. 2019. p. 62–97. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii120/articles/empire-twenty-years-on>

NEGRI, Toni. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015

NOYS, Benjamin. *The persistence of the negative: a critique of contemporary continental theory*. Edinburgh University Press Ltd: George Square, Edinburgh, 2010.

SZANIECKI, Barbara. *Do Chuthuluceno ao Multitudoceno*. Lugar Comum: n. 53 (2018): Dossie: Multitudoceno. Rio de Janeiro: Brasil.

WARCK, Mackenzie. *Spinoza on speed*. Novembro 19, 2014. Public Seminar. Disponível em ><https://publicseminar.org/2014/11/spinoza-on-speed/> <.



Sobre os autores

Giuseppe Cocco é Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Rede Uninômade Brasil: E-mail: beppo1977@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7436-8807>.

Felipe Fortes é Doutor em Filosofia, Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRJ (Faperj), pesquisador da Rede Uninômade-Brasil. E-mail: lesubversifguy@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5445-2585>.

Adriano Pilatti é Doutor em Ciência Política, mestre em Direito Constitucional, com pós-doutorado na Universidade de Roma I - La Sapienza. Professor da PUC-Rio. E-mail: adrianop@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5355-1004>.

Créditos de autoria

Os autores contribuíram igualmente com a conceituação, escrita e revisão do artigo.

Declaração sobre conflito de interesses

Não há possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação das pesquisas.

Informações sobre financiamento

Esta pesquisa foi realizada com o apoio da FAPERJ.

Declaração de Disponibilidade de Dados

A disponibilidade de dados não se aplica a este artigo, pois nenhum dado/novo dado foi criado ou analisado neste estudo.

Editoras Responsáveis pela Avaliação e Editoração

Carolina Alves Vestena e Bruna Bataglia.

